

## ANTI-RACIST RESISTANCE FOR A TRANSFORMATION OF TEACHING AND PHILOSOPHY EDUCATION IN BRAZIL

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal refletir como as resistências antirracistas são necessárias para a docência e o ensino de filosofia se posicionarem enquanto uma ferramenta de crítica, desconstrução e ação no enfrentamento ao racismo estrutural e epistêmico dentro da escola. Refletir, resistir e filosofar pela valorização da docência e do ensino de filosofia dentro do contexto de resistências antirracistas, é assumir um posicionamento ético político antirracista que reajuste o que se ensina e como se ensina. A metodologia de pesquisa foi bibliográfica, desenvolvida através do texto de Djamila Ribeiro, no seu livro intitulado: *Pequeno Manual Antirracista* (2019) e, também, alicerça-se umas observações das aulas de filosofia no Ensino Médio, a partir da experiência enquanto bolsista do PIBID. O resultado da pesquisa bibliográfica e das observações no contexto escolar, possibilitou a fomentação de questionamentos sobre metodologias e conteúdos do ensino de filosofia que estejam concretamente comprometidos em transformar a sala de aula num espaço onde a criticidade filosófica seja o alicerce para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de discriminação ao atender as prerrogativas da LEl 10.639/03.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia 1; Educação Antirracista 2; Resistências Antirracistas 3.

### Abstract:

*This academic work aims to reflect on how anti-racist resistances are allowed for teaching and the teaching of philosophy to position themselves as a tool for criticism, deconstruction, and action in confronting structural and epistemic racism within the school. To reflect, resist, and philosophize for the valorization of teaching and the teaching of philosophy within the context of anti-racist resistances is to assume an anti-racist ethical-political stance that readjusts what is taught and how it is taught. The research methodology was bibliographic developed through the text of Djanira Ribeiro in her book entitled: *Little Anti-Racist Manual* (2019), and also based on observation of philosophy classes in high school through the experience as a PIBID scholarship holder. The result of the bibliographic research and observations in the school context made it possible to foster questions about methodologies and contents of philosophy teaching that are concretely committed to transforming the classroom into a space where philosophical criticality is the foundation for building a more just, equitable and discrimination-free society, in accordance with the prerogatives of Law 10.639/03.*

**Keywords:** Teaching Philosophy 1; Anti-racist Education 2; Anti-racist; Resistance 3.

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo pela UFCG/CDSA. Bolsista PIBID/UFCG, subprojeto educação do campo- área Ciências Humanas e Sociais-Filosofia. giovanasiqueira183@gmail.com.  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9066-8646>

## 1. INTRODUÇÃO

O Ensino de Filosofia no Brasil é, historicamente, atravessado por um racismo epistêmico que marginaliza saberes não ocidentais e fortalece a branquitude como o padrão universal do pensamento. Esta pesquisa relaciona-se com a necessidade urgente de transformar o professor e o ensino de filosofia em ferramentas de crítica e ação prática contra o racismo estrutural que se manifesta no ambiente escolar. O problema está na dificuldade de ultrapassar as barreiras do currículo eurocêntrico para dedicar-se efetivamente às prerrogativas da lei 10.639/03, promovendo uma educação que valorize as existências e produções negras. Nesse sentido, uma nova perspectiva é plausível, o que nos é assegurado por Ribeiro (2019, p.5), quando afirma: "Disseram-me que a população negra era passiva e que 'aceitou' a escravidão sem resistência. [...] No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores. [...] O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares perdurou por mais de um século".

A execução desta pesquisa ético política da docência, exige o reconhecimento de que o ensino de filosofia também não é neutro e deve atuar como resistência ativa. A importância do estudo fundamenta-se na necessidade de descolonizar o currículo e o professor, superando a visão da filosofia como um legado exclusivo da Grécia e da Europa. Ao fundamentar-se no pensamento de Djamila Ribeiro e nas dimensões metafilosóficas da filosofia africana, a pesquisa busca oferecer contribuições teóricas e práticas para que o professor assuma um posicionamento antirracista capaz de reajustar o quê e como se ensina.

O objetivo geral é refletir sobre como as resistências são importantes para que o professor e o ensino de filosofia se posicionem como ferramentas de desconstrução do racismo estrutural e epistêmico na escola. Os objetivos específicos são: analisar as estratégias de conscientização e ação propostas por Djamila Ribeiro para a construção de uma prática docente antirracista; investigar a inclusão da filosofia africana no currículo como uma forma de enfrentar as dimensões metafilosóficas do ensino; e relacionar as observações práticas e as intervenções realizadas pelo subprojeto do PIBID da área de Ciências Humanas e Sociais Educação do Campo, com metodologias urgentes que transformam a sala de aula em um espaço de criticidade e justiça social.

Parte-se do pressuposto de que o racismo é um sistema de opressão estrutural que exige do professor um esforço contínuo de revisão de privilégios. A hipótese

é que a transformação do ensino de filosofia depende da denúncia do caráter colonizador do ensino tradicional e a afirmação das filosofias africanas e afrodiáspóricas como componentes essenciais e legítimos do saber filosófico, permitindo a construção de uma sociedade mais justa e livre de discriminação.

## 2. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA, BNCC E AS CRISES DAS METODOLOGIAS DO ENSINO DA FILOSOFIA BRASILEIRO.

De acordo com Djamila Ribeiro (2019), a primeira etapa para uma prática antirracista é o reconhecimento de que o racismo estrutural vem de consequências da escravidão e que é um sistema de opressão que estruturou a sociedade e as instituições.

A autora argumenta que a estrutura social, historicamente a população branca independente da negra, foi tratada com sabedoria (Djamila Ribeiro, 2019). Compreender isto é a base para qualquer prática antirracista. No contexto educacional, essa estrutura manifesta-se no que Wanderson Flor do Nascimento (2020) denominou como um mecanismo que organizou e organiza os esforços de saber, definindo quem pode falar e quais conhecimentos são válidos.

Para o ensino de filosofia, compreender o racismo estrutural é essencial para identificar como a escola reproduz desigualdades históricas ao silenciar a presença negra. Essa estrutura também se manifesta no que Bárbara Carine Pinheiro (2023) denomina colonialidade do saber. A autora destaca que as escolas, em sua maioria, reproduzem padrões eurocêntricos que invisibilizam a intelectualidade negra e reforçam os estigmas. Portanto, ser educador antirracista exige uma consciência profunda de como que os sistemas de operação estruturam a sociedade e os próprios pensamentos dos docentes.

A segunda etapa que Djamila Ribeiro estabelece é enxergar a negritude e, reconhecer o privilégio da branquitude, um dos pilares de sua obra é o convite para que os sujeitos brancos reconheçam seu lugar social e os privilégios docentes da branquitude, que se coloca como o padrão universal de humanidade. Uma universalidade eurocêntrica que tem impactos diretos na filosofia.

Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes, as únicas pessoas negras presentes estão servindo mesas, ou se já foram consideradas sujeitas pela polícia por causa de sua cor. Trata-se de refutar a ideia de um sujeito universal - a branquitude também é um traço

identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento (DJAMILA RIBEIRO, 2019, p.13).

É fundamental que o indivíduo consiga enxergar a negritude para que possa reconhecer os privilégios da branquitude e combater o racismo estrutural. A universalidade eurocêntrica opera de modo a consolidar a ideia de que a razão é um atributo exclusivo do ocidente. Nesse sentido, o pensamento europeu é apresentado como o único capaz de atingir a abstração da razão, relegando as demais matrizes de conhecimento, especialmente as africanas e indígenas, ao campo do mito ou do folclore. Flor do Nascimento (2020) confirma essa crítica ao discutir como a história da filosofia foi construída para validar o modelo específico do sujeito racional em preconceito com outras formas de pensamento. Portanto, enxergar a negritude na sociedade implica romper com essa normalidade que invisibiliza o aluno negro.

Ribeiro (2019) apresenta como terceira etapa a necessidade de revisar o currículo no combate ao racismo epistêmico como uma estratégia fundamental para dar visibilidade a autores e produções intelectuais negros, combatendo o monopólio branco do conhecimento. E essa proposta se adere diretamente à implementação da Lei 10.639/03 no ensino de filosofia. Assim, para Ribeiro (2019, p.23), "os sinais de apagamento da produção negra são evidentes. É raro que as bibliografias dos cursos indiquem mulheres ou pessoas negras; mais raro ainda é que indiquem a produção de mulheres negras, cuja presença no debate universitário e intelectual é extremamente apagada.". (DJAMILA RIBEIRO (2019, p.23).

Nos três anos do Ensino Médio não foi estudada nenhuma autora negra, somente filósofos eurocêntricos e, infelizmente, essa é a realidade. "A gravidade disso está exemplificada por Abdias Nascimento em "O genocídio do negro brasileiro", no qual afirma que negocídio é toda forma de aniquilação de um povo, seja moral, cultural ou epistemológica". (DJAMILA RIBEIRO, 2019, p. 23). Machado (2019) argumenta que a inclusão da filosofia africana exige uma mudança nas dimensões metafísicas da filosofia, desafiando a definição tradicional do que é fazer filosofia. Não seria suficiente apenas a mera inserção de informações sobre a filosofia africana nos currículos, mas também uma modificação da relação com a própria filosofia e a educação, demanda-se uma filosofia africana ou afro-diaspórica da educação que subsidie a inserção dos conteúdos.

Nascimento (2020) reforça que essa revisão curricular não deve ser apenas uma adição de tópicos, mas, uma descolonização profunda que questiona o mito do milagre grego e reconhece as pluralidades de matrizes do pensamento humano.

Nesse sentido, o papel do docente extrapola o cumprimento burocrático da Lei 10.639/03. Segundo Bárbara Carine Pinheiro, "o educador antirracista deve atuar movido por uma consciência de reparação histórica, e não apenas por obrigatoriedade legal. "Enegrecer os espaços acadêmicos é uma importante estratégia antirracista". (BÁRBARA CARINE PINHEIRO, 2023, p.59) Ser um professor antirracista implica reconhecer-se como sujeito dentro de sistemas de opressão e adotar uma "pedagogia da implosão" que questione a branquitude nos espaços de poder e saber.

A experiência vivenciada no PIBID, ao articular o referencial teórico de Djamilá Ribeiro com práticas descoloniais, demonstra que o docente se torna um doador de memórias ao resgatar a intelectualidade negra e oferecer aos estudantes novos espelhos de identificação e potência. É exatamente isto que o PIBID-UFCG-CDSA do subprojeto Educação do Campo- área de ciências humanas e sociais, faz na prática em sala de aula com intervenções descolonizando as aulas de filosofia através de temas relacionados à filosofia africana e afro-brasileira na escola jornalista José Leal Ramos, em São João do Cariri-PB, conforme figura (n.2).



**Figura 1** - Experiência do PIBID: Evento Antirracista na Escola Jornalista José Leal Ramos.



**Figura 2** - Intervenção em sala de aula.



Figura 3 - Intervenção em sala de aula.



Figura 4- Planejamento com o supervisor.

Para isso acontecer, primeiro os pibidianos tiveram uma grande contribuição com o minicurso de filosofia africana ministrado pela professora doutora Sônia Maria Lira Ferreira, coordenadora do PIBID-UFCG-CDSA, do Subprojeto Educação do Campo- área de ciências humanas e sociais. Sendo assim, muito necessário para a descolonização dos pibidianos, pois, segundo a Djamilia Ribeiro, para ser uma pessoa antirracista, primeiro, precisa se autoquestionar, questionar a cultura que consumimos, ler autores negros, começar uma mudança de dentro de si mesmo. Portanto, a resistência antirracista no ensino de filosofia constitui-se um compromisso com a descolonização do olhar e do currículo.

Ao reconhecer as pluralidades de matrizes do pensamento humano e enfrentar o racismo estrutural no cotidiano escolar, o ensino de filosofia deixa de ser um

instrumento de reprodução de privilégios para se tornar, efetivamente, uma ferramenta de justiça social e emancipação.



Figura 5- Minicurso Filosofia Africana com a Professora Doutora Sônia Maria Lira Ferreira.

A formação de um docente antirracista, como propõe Bárbara Carine Pinheiro (2023), exige que o educador se reconheça como um sujeito consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a sociedade. Mais do que não ser racista, a docência deve assumir um papel ativo, compreendendo que o racismo, enquanto opressão estrutural, constitui subjetivamente os indivíduos e reverbera em suas falas e ações cotidianas no "chão da escola".

Nesse sentido, ser um educador antirracista implica em um processo contínuo de "letramento racial" e na adoção de uma postura que a autora denomina "Pedagogia da Implosão", que visa desestabilizar as bases do pensamento colonial que ainda regem o ambiente escolar. Essa desestabilização passa, necessariamente, pela categoria da decolonialidade.

A decolonialidade é uma ferramenta teórico-política voltada para a reversão da colonialidade, que não se limita à dimensão territorial, mas manifesta-se nos campos ético e, sobretudo, epistêmico. Nesse sentido, propõe um rompimento com as estruturas de saber impostas pelo processo de colonização que ainda persiste na modernidade. Significa modificar a própria relação que estabelecemos com a filosofia e com a educação, buscando uma educação filosófica de ancestralidade que se paute por conceitos como a filosofia Ubuntu "eu sou porque nós somos. [...] No umbutu, a marca da natureza é a unidade e, nessa perspectiva, o fundamental não é o Eu, mas sim o Nós" (BÁRBARA CARINE PINHEIRO, 2023, p. 65).

A ética Ubuntu e a valorização da ancestralidade oferecem um contraponto ao individualismo

eurocêntrico, promovendo uma formação baseada na integração comunitária e no respeito aos saberes tradicionais. Nascimento (2020) utiliza as ideias de Travessia e Insubordinação como metáforas para esse processo de reajuste curricular e docente. A travessia representa o movimento de saída do centro eurocêntrico em direção às margens africanas e afro-diaspóricas, enquanto a insubordinação é o ato político de validar esses saberes como componentes essenciais e legítimos do saber filosófico.

Para o docente em formação, como os bolsistas do PIBID, esse movimento exige ver-se sempre como um "docente em formação", mantendo uma reflexão constante sobre sua prática e sobre quais conhecimentos ele está legitimando em sala de aula.

Por fim, retomando Djamila Ribeiro (2019), a prática antirracista na docência consolida-se através de ações concretas: o apoio a políticas educacionais afirmativas, a leitura e citação de autores negros, e o constante questionamento da cultura consumida. A transformação da sala de aula em um espaço de criticidade e justiça social depende, portanto, desse esforço coletivo e individual de "doar memórias" e referências positivas, construindo um projeto pedagógico baseado nas potências culturais da negritude, e não apenas em narrativas de dor e escravização.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa foi bibliográfica, desenvolvida a partir do texto de Djamila Ribeiro, no seu livro intitulado: *Pequeno Manual Antirracista* (2019); Wanderson Nascimento: *Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*, e Bárbara Carine: *como ser um educador antirracista*. Ademais, está alicerçada nas observações das aulas de filosofia no Ensino Médio, a partir da experiência como bolsista do PIBID.

### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa revelam que a transformação do ensino de filosofia, em uma prática antirracista, não ocorre apenas pela inclusão de novos conteúdos, mas por uma mudança de postura ética e epistêmica do docente.

Os dados observados durante a vigência do subprojeto do PIBID, confrontado com os referenciais teóricos, permitiram a discussão do impacto da formação docente à descolonização. Um dos resultados mais significativos foi a percepção de que a formação do

PIBIDIANO é o primeiro território de disputa.

A participação no minicurso sobre a filosofia africana, ministrado pela professora doutora Sônia Maria Lira confirmou a tese de Djamila Ribeiro sobre a necessidade de se autoquestionar antes de agir. Além disso, permitiu a discussão em torno da Lei 10.639/03, as intervenções realizadas na escola jornalista José Leal Ramos, demonstraram que a aplicação da lei ainda enfrenta o desafio do monopólio branco do conhecimento.

Ao introduzir temas de matriz africana e afro-brasileira, os resultados apontaram o aumento do engajamento dos estudantes que antes viam a filosofia como algo abstrato, passando a se reconhecer nos conceitos das ancestralidades. A discussão permitiu que os alunos compreendessem a filosofia como a produção humana plural, e não como um evento isolado na Grécia, corroborando a visão de Wanderson do Nascimento sobre a travessia necessária para as margens do saber.

Durante o percurso das intervenções revelaram-se dificuldades como a dependência de materiais tradicionais que ainda focam no eixo França, Alemanha e Grécia, exigindo que o docente do PIBID atue como curador e produtor de seus próprios materiais decoloniais.

A análise demonstra que, ao citar autores negros e trazer a intelectualidade negra para o centro do debate, o PIBID-UFCG-CDSA cumpriu a função de reparação histórica. O resultado não é apenas acadêmico, mas subjetivo. Alunos negros se identificam e alunos brancos são confrontados com seus privilégios, conforme sugere Djamila Ribeiro (2019).

Por fim, a sala de aula transformou-se em um espaço de justiça social onde a filosofia deixou de ser uma ferramenta de exclusão para se tornar um exercício de liberdade.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que o ensino de filosofia no Brasil, é um campo de batalha ético e político.

Ao investigar a necessidade de uma decência antirracista, considera-se que a descolonização do currículo não é apenas uma exigência legal, imposta pela Lei 10.639/03, mas um compromisso com a dignidade intelectual e a justiça social no ambiente escolar.

As principais contribuições deste estudo residem na confirmação de que a formação docente é o pilar

central da mudança. A experiência vivenciada no PIBID-UFCG-CDSA demonstrou que, quando o educador se dispõe ao lamento racial e a insubordinação contra o modelo eurocêntrico, a sala de aula deixa de reproduzir o racismo epidêmico e passa a ser um espaço de produção de novas subjetividades. Identificou-se que a pedagogia da inclusão e a travessia para saberes não ocidentais são movimentos urgentes.

A pesquisa evidenciou que o ensino de filosofia, quando amparado pelas diretrizes de Djamila Ribeiro e Bárbara Karine, torna-se uma ferramenta eficaz para denunciar o caráter colonizador do saber tradicional e para afirmar as filosofias africanas como conhecimentos legítimos e rigorosos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)> . Acesso em: 15 mar. 2026.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira**. Salvador: UFBA, 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Ensino de filosofia e filosofia africana: dimensões meta filosóficas na discussão curricular. REAFRO - **Revista de Estudos Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 17-30, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: para familiares e professores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.